

fetec/PR

EUT Brasil

CNB Brasil

ANO V - Nº 53 - Maio e junho/2001

# Pactuingá

Jornal dos bancários da

**Bancos:** paralisações e negociações no Bradesco, BB, Itaú/Banestado e HCBC.

**Pág. 2 e 3**

**Corrupção:** FHC extinguiu a Sudan e Sudene, mas protegeu quem lá roubou, quando abafou a CPI da corrupção.

**Pág. 6**

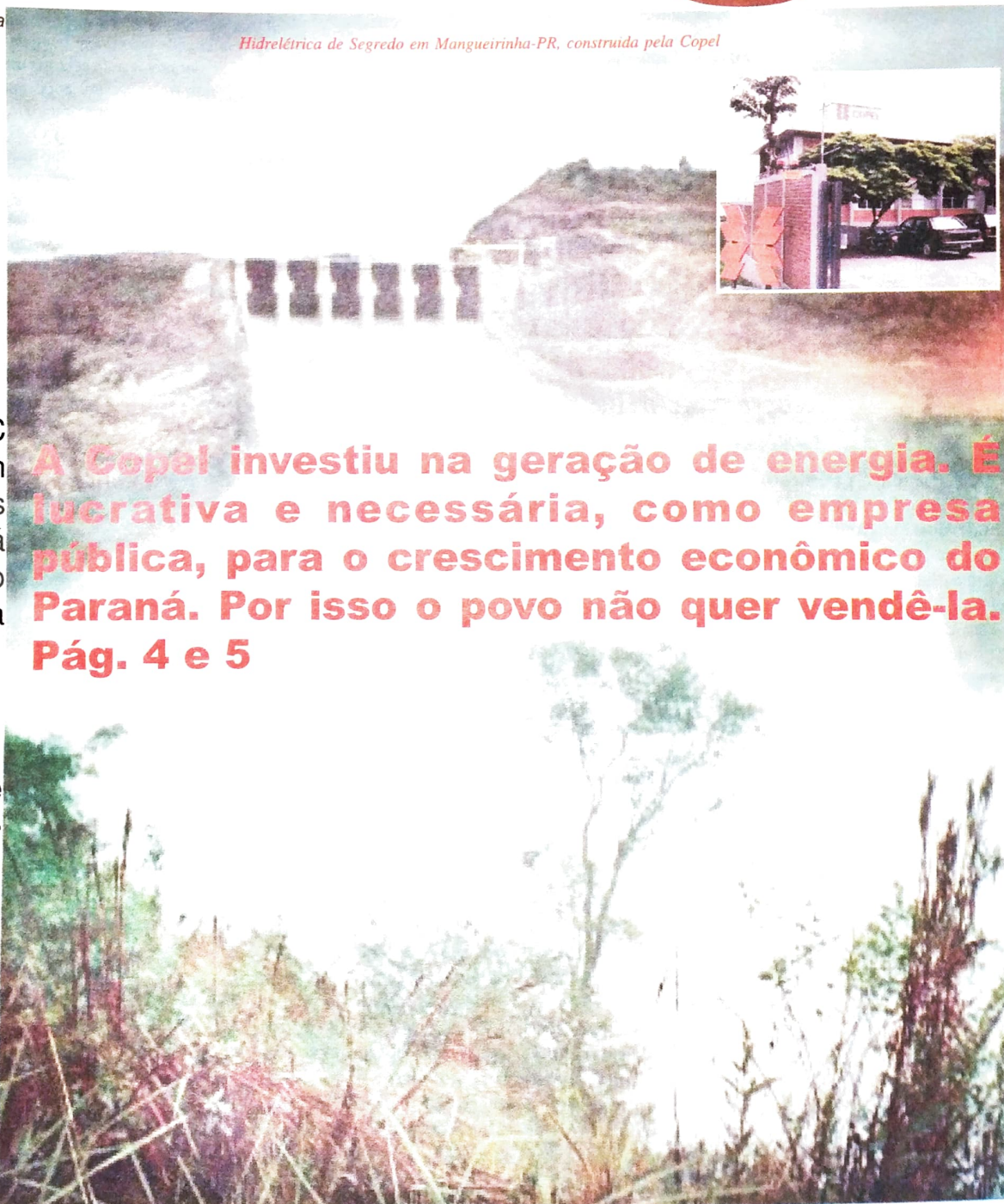
**Seminários de saúde e segurança.** Pactuingá participou.

**Pág. 7**

**Cooperativismo:** uma opção para os pequenos.

**Pág. 8**

*Hidrelétrica de Segredo em Mangueirinha-PR, construída pela Copel*



**A Copel investiu na geração de energia. É lucrativa e necessária, como empresa pública, para o crescimento econômico do Paraná. Por isso o povo não quer vendê-la.**

**Pág. 4 e 5**

## BRADESCO: a nova cara de um velho banco

O Bradesco está com um projeto-piloto que substitui bancários por mão-de-obra terceirizada. Curitiba é exemplo disto e, se o projeto der certo, será implantado nas demais unidades do Estado. Este processo já fez com que mais de 2 mil bancários fossem demitidos nos últimos 3 meses.

No último dia 23 de maio, em Curitiba, houve uma grande manifestação com paralisação de 6 agências e vários departamentos, entre esses o RH/Paraná e o Polo Subcentro de compensação, que ficaram fechados até 16h. Diretores do Pactungá estiveram presen-

tes nesta manifestação, que foi organizada pela CNB-CUT e sindicatos filiados. A paralisação foi pacífica, no entanto o Bradesco usou o interdito proibitório, um instrumento jurídico que penaliza os sindicatos com altas multas, caso a paralisação continue.

A paralisação forçou o Bradesco a marcar negociação para o dia 29 de maio. O Bradesco trata mal seus funcionários. É dos poucos que cobra todas as tarifas de seus funcionários e não considera o marido da funcionária como dependente em seu Plano de Saúde. Também não tem auxílio educação e a segurança no trabalho é precária



**Em 3 meses  
2 mil demissões**

## Pactungá discute saúde dos funcionários do BB

O Pactungá participou do Encontro Nacional sobre Saúde dos Funcionários do Banco do Brasil, realizado nos últimos dias 21 e 22 de abril, na cidade do Rio de Janeiro. Neste Encontro participaram 70 delegados eleitos em en-

contros estaduais. O Pactungá foi representado por Paulino Alves de Almeida, dirigente sindical em Umuarama. Este Encontro deliberou por alterações dos encaminhamentos do Grupo de Trabalho (GT) que está reformulando o estatuto da Cassi (plano de saúde dos funcionários do BB). Estas alterações servirão de parâmetros aos representantes dos associados da Cassi no GT. Deliberou-se também que será feita, pelas entidades sindicais e associativas, uma ampla divulgação das propostas de reforma do estatuto, a qual dará ao associado uma boa preparação para votar as alterações.

As principais propostas de mudanças são para a gestão da Cassi, como a alteração de 5 para 7 membros no Conselho Deliberativo e de 3 para 5 membros no Conselho Fiscal. Em relação ao

custeio, foram tiradas resoluções como manutenção da atual contribuição dos associados, de 3% dos vencimentos, e o BB contribuiria com um patamar mínimo de 4,5%. Para Paulino "é uma proposta justa, uma vez que boa parte dos problemas de saúde dos funcionários são em função do trabalho no Banco". Outra medida que segundo Paulino contribuiria muito para o equilíbrio financeiro da Cassi, seria uma boa campanha sobre o uso do bom senso na hora de usar a Cassi. Cita como exemplo, que alguns associados usam o médico especialista, que é mais caro, para diagnosticar doenças que poderiam ser resolvidas com um clínico geral, com custo mais barato para a Cassi. Outra resolução propõe o desconto sobre o 13º, com compromisso de inclusão de Plano Odontológico na Cassi. Mais informações poderão ser obtidas pelo fone (44) 622-1979, com Paulino.

## Cooperativas não corrigem salários

A Ocepar (Sindicato das Cooperativas do Paraná) não abre mão de continuar com o rebaixamento de direitos dos trabalhadores das Cooperativas de Crédito. No último acordo fechado com a Federação dos Bancários do Paraná, houve rebaixamento do tíquete refeição e não houve correção dos pisos salariais. Desde então já houve mais de mil demissões no setor. O que dá a entender, que as Cooperativas de Créditos se valem do acordo rebaixado para trocar os funcionários com mais tempo de emprego por novos com salários menores. A FETEC-CUT (Federação dos Trabalhadores em Empresas de Créditos do Paraná) e seus sindicatos estão preparando mecanismos em busca das correções salariais e sociais. A FETEC vai requerer junto ao Ministério Público do Trabalho que os empregados de Cooperativas de Crédito sejam reconhecidos como bancários. Já os Sindicatos de Bancários da CUT vão entrar com ações pedindo o cumprimento da Convenção dos Bancários. A diretoria do Pactungá cita como exemplo, que não vêem diferença entre as atividades exercidas pelos trabalhadores das agências do Sicredi e as do HSBC. Neste sentido é bom os trabalhadores das Cooperativas participarem mais das atividades dos bancários. Principalmente as de campanha salarial.

## A Bolsa Educação do HSBC

Em campanhas específicas no HSBC, os sindicatos e a Comissão de Empresa dos Funcionários conseguiram um acordo que firmou um total de 900 bolsas educacionais para o ano de 2001. No último vestibular, 543 pedidos de bolsas foram aprovados dentro dos critérios exigidos pelo Banco. A Comissão dos Funcionários acredita que as demais 357 bolsas que restam serão poucas para atender as pendentes de aprovação e as novas solicitações dos funcionários que passarem no vestibular de inverno. Por isso, a Comissão dos Funcionários está reivindicando do Banco o aumento do número de bolsas educacionais. A Comissão de Empresa alerta: se dentro das normas, alguma gerência não aprovar a solicitação da bolsa, o funcionário deverá procurar seu sindicato, ou ligar para o telefone (41) 217-2127 e falar com o Sr. Aristides. Para a Comissão, "pode haver indeferimento por parte da gerência que não simpatiza com determinado funcionário". E esse critério não faz parte do regulamento, afirma a Comissão.

### PRINCIPAIS NORMAS PRA CONSEGUIR A BOLSA

- O curso deve ser de áreas afins com ao trabalho bancário (pelo menos do ponto de vista do HSBC), sendo eles: Administração de Empresa, Análise de Sistemas, Ciências Atuariais, Ciências Econômicas, Comércio Exterior, Estatística, Informática, Engenharia, Processamento de Dados e Propaganda, Marketing, Ciências Contábeis, Ciências Jurídicas, Ciências da Computação, O curso deve ter aprovação do MEC
- A avaliação da faculdade pelo MEC tem que ser no mínimo "C"
- Ter aprovação da gerência da unidade onde trabalha
- O banco paga metade da mensalidade, limitando a R\$ 182,00
- O aluno não pode tirar nota baixa ou carregar pendência.

## Pactungá

Publicação dos Sindicatos de Bancários do Pactungá  
CONSELHO EDITORIAL:

PARANAVÁ: Neil E. Júnior  
- fone (0xx44) 423-3402

e-mail: seebpvai@uol.com.br

CAMPO MOURÃO: Nivaldo Simoni

- fone (0xx44) 523-3492 - e-mail:

seebcmcut@start.com.br

TOLEDO: Zelario Bremm

- fone (0xx45) 252-1851

e-mail: sbtr@toledonet.com.br

UMUARAMA/ASSIS

CHATEAUBRIAND: Wilson de Souza

- fone (0xx44) 622-1979

e-mail: seebumu@fenixnet.com.br

GUARAPUAVA: João Osmar Rodrigues

- fone (0xx42) 623-1371

e-mail: seebgva@almix.psi.br

Jornalista: Joel Guedes

Tiragem: 3.000 exemplares

## Terrorismo na Caixa

A Caixa esta demitindo sem justa causa. São funcionários que entraram no banco através de um concurso público que exige grande preparo dos concorrentes, e uma vez aprovados e contratados, tinham estabilidade no emprego. As demissões atingem os mais velhos de casa, exatamente aqueles que dedicaram a maior e a melhor parte de suas vidas (sua juventude) à Caixa Econômica, sonhando em fazer carreira, construir família e completar o ciclo da vida com uma aposentadoria decente. Na região do Pactuingá aconteceram 5

demissões e os Sindicatos tentam na justiça reintegrá-los ao emprego. Informações oficiais dão conta de que na base do Pactuingá tem gerente sendo ameaçado de demissão caso não cumpra a determinação do Escritório de Negócios (equivalente a uma superintendência regional) de Cascavel. A principal ameaça dessa superintendência é a exigência para que os gerentes retenham um mínimo de 60% dos recursos do FGTS aplicado em poupança. Para Zelário Brenn, diretor do Pactuingá em Toledo, "se for verdade, os trabalhadores da Caixa terão grande dificulda-



**Caixa: campanha contra a privatização**

de pra segurar um dinheiro que as pessoas necessitam urgentemente, ou por estarem desempregadas, ou para pagar a casa própria. Se for por motivos de doença é mais urgente ainda. Como é que vão botar dinheiro em

poupança?" Para a direção do Pactuingá, os gerentes não devem se submeter a essa humilhação. Caso haja uma demissão por esse motivo, caberá um ação de reintegração e de indenização por danos.

No último dia 09 de maio, na matriz da Caixa em Brasília, várias lideranças sindicais bancárias participaram do protesto contra a cisão da Caixa, a terceirização e a transferência de serviços para casas lotéricas e padarias, e também contra as demissões. A manifestação teve o apoio dos deputados federais Wellington Dias (PT-PI), Ivan Valente e Ricardo Berzoini, ambos do PT-SP, José Pimentel (PT-CE) e Agnelo Queiroz (PC do B-DF). Para Carlos Borges da Comissão de Empresa e Presidente da FENAE, "no processo de reestruturação da Caixa ninguém está imune de perder o emprego, e o desmonte tem como objetivo a privatização. Por isso é necessário combatê-lo".

## Campo Mourão faz convênio com médicos

Os associados ao sindicato do Bancários de Campo Mourão poderão usufruir do convênio médico assinado entre o Sindicato e os médicos Dr. Walter Miguel Tamburus, neurologista com doutorado em Neurocirurgia na Alemanha, e a Dra. Zipora Ramos, fisioterapeuta, especialista em cardiologia respiratória, tratamento de diabetes, além da fisioterapia em geral. Pelo convênio, cobrarão pelos serviços de acordo com a tabela da AMB. Ambos atendem na clínica situada na rua Roberto Brzezinski, 1554, fone (44) 523-0144 em Campo Mourão.

## Itaú/Banestado recua no corte das horas extras

Em janeiro deste ano o Itaú promoveu o corte das horas extras habituais dos funcionários do Banestado, caracterizando redução de salários, o que é absolutamente ilegal. A mobilização dos sindicatos e a ameaça de uma enxurrada de ações jurídicas obrigaram o Itaú a recuar e fazer o pagamento das diferenças dos salários de janeiro, fevereiro e março.

**Negociações** - No dia 23 de maio, aconteceu mais uma rodada de negociação entre o movimento sindical e diretoria do Itaú. Na reunião, o banco propôs o rebaixamento do piso salarial dos funcionários do Banestado e a retirada de cláusulas importantes do Acordo Coletivo, como as que tratam do Funbep (fundo de pensão). Em relação aos salários, a intenção é clara: contratar a um custo menor e demitir os atuais empregados do banco.

Já no caso do Funbep, se as cláusulas que asseguram a contribuição do Banestado ao fundo de pensão forem retiradas, irão prevalecer as regras do Estatuto, que podem ser alteradas a qualquer momento, causando grandes prejuízos aos funcionários. Os sindicatos deixaram claro que não irão assinar acordos rebaixados com o Itaú

**Demissões** Enquanto se negocia com o Itaú, prossegue o "facão" no

## Itaú/Banestado financiando o desemprego 3.200 demissões em 6 meses

Banestado. Com menos de oito meses de privatização, já aconteceram mais de 3.200 demissões. Além das demissões, outro fato preocupa atualmente os funcionários do Banestado: o fechamento de agências e a transformação de outras em Itaú.

## A PLR do BB

**PLR:** a PLR paga a maioria dos funcionários do BB é a mais injusta do setor bancário. Por isso a Comissão dos funcionários propôs, e o BB concordou, a criação de um grupo de trabalho, com o objetivo de estudar o modelo de outras empresas que distribuem lucros a seus empregados. Com isso, a Comissão dos funcionários pretende estudar, além de empresas do ramo financeiro, também outras de prestação de serviços e da indústria. Nos dias 29 e 30 de maio o BB e a Comissão apresentaram propostas de PLR. A Comissão pretende chegar a um acordo em bases negociadas para que a próxima PLR não privilegie só o alto escalão do Banco.

**Enrolação:** na última reunião de negociação, no dia 03 de maio, o BB transferiu para rodadas futuras temas como o ponto eletrônico para os comissionados (que fazem longas jornadas), redução nas taxas de juros do cheque especial e de tarifas bancárias, o não pagamento da PLR para funcionários que participaram de greves, descomissionamento de Caixas em Santa Catarina e demissões decorrentes de avaliações de desempenho funcional. Para a Comissão de Empresa, o banco está protelando a discussão desses temas. E pior: o desânimo e o medo tem enfraquecido as mobilizações.

# Privatização da Copel destrói meio século de trabalho

A Copel foi um dos maiores investimentos feitos pelo povo do Paraná para suprir o Estado na demanda de energia elétrica a partir da década de 50, quando a estrutura privada predominante na época não investia adequadamente no setor.

Para descobrir a importância da Copel no desenvolvimento sócio-econômico do Paraná nos últimos 45 anos, basta voltar um pouco mais no tempo, até a época em que predominava a luz de vela. É isso mesmo. O primeiro esforço para a eletrificação do Paraná ocorreu há mais de um século (1890)

quando da assinatura do primeiro contrato com a Companhia de Água e Luz do Estado de São Paulo, para iluminar a cidade de Curitiba com "uma força de onze mil velas". A história da eletrificação do Paraná foi montada em sucessivas etapas: das velas à produção de eletricidade em usinas termoeletricas e a vapor. Por volta de 1950, apesar dos incentivos oferecidos pelo governo do Estado, os investimentos do setor privado não conseguiam fazer frente a demanda por energia elétrica.

**A Copel foi e ainda é importante para o Paraná...**

O serviço de abastecimento era precário e prejudicava o Estado sobretudo no aspecto econômico. Para manter a produção, muitas indústrias eram obrigadas a montar seus próprios geradores de energia.

A carência de energia elétrica não podia ser resolvida por empresas particulares de eletricidade, o que levou o governo do Estado a criar a Copel, no ano de 1954, assumindo a responsabilidade pelos serviços do setor elétrico. As consequências dessa medida no desenvolvimento do Estado foram as melhores possíveis. Já nos primeiros cinco anos de atuação, com

grandes investimentos no setor hidroelétrico, a Copel encarou de frente e venceu o desafio de encontrar soluções para o abastecimento de energia elétrica em larga escala e nos anos seguintes já inaugurava as primeiras usinas hidrelétricas do Paraná. Os investimentos feitos pela Copel representam um passo fundamental na constituição da infra-estrutura indispensável para acelerar o desenvolvimento estadual. Hoje, 45 anos depois de entrar em operação, a Copel possui 18 usinas em operação, com



Usina de Segredo, em Manguelirinha-PR, construída pela Copel

um total de 4.545 megawatts, 6.500 quilômetros de linhas de transmissão e 151 mil quilômetros de linhas de distribuição, além de um setor de telecomunicações que inclui 45% das ações da Sercomtel e um anel de fibras óticas que cobrem todo o Estado do Paraná. Isso prova que a Empresa tem domínio tecnológico e espírito empreendedor. Hoje, as usinas e linhas de transmissão e distribuição da Copel irradiam luz e oferecem conforto e paz social para todo o Paraná e estados vizinhos. É todo esse cenário de progresso, construído ao longo de quase cinco décadas que, se o povo paranaense deixar, o governo Jaime Lerner vai entregar de mão beijada para a iniciativa privada. Apesar da tradição de eficiência e da importância da Copel para o Paraná, o governo Lerner, através do presidente da Copel e secretário da Fazenda Ingo Hubert, adotou uma política de desmonte da empresa. É triste, pois a Copel tem sofrido, mais recentemente, um gerenciamento precário e sem autonomia e tem perdido também muito de sua qualidade técnica. As agências estão sendo fechadas e a empresa está fragmentada, por consequência de uma imprudente política de desverticalização.

## A Copel é uma empresa lucrativa

Não reflete a verdade o discurso que Jaime Lerner usa para justificar a venda da Copel, alegando que a Copel não terá condições de competir com empresas privadas do setor de eletricidade que futuramente se instalarão no Paraná. Historicamente, a Copel tem sido considerada uma das mais eficientes empresas do setor elétrico nacional. Uma pesquisa da Aneel, órgão regulador e fiscalizador das empresas distribuidoras de energia elétrica, mostrou a Copel com o maior índice de satisfação dos consumidores das empresas concessionárias de energia elétrica de grande porte. Além disso, os números apresentados nos últimos balanços financeiros da Copel também desmentem Lerner. No ano passado, o lucro líquido foi de R\$ 430,6 milhões, sendo R\$ 141,9 somente no quarto trimestre. Esse resultado foi bem superior ao de 1999, quando o lucro líquido atingiu a cifra de R\$ 277,2 milhões. E para o ano 2001, a previsão de um crescimento em torno de 12%. Só na última década, a Copel construiu e colocou em operação as Usinas de Governador Ney Braga e de Salto Caxias, que custaram 1 bilhão e 900 milhões de dólares. Apesar desses grandes empreendimentos, as dívidas e compromissos da Copel são pequenos, da ordem de R\$ 1,5 bilhão. A Copel é uma das concessionárias de energia elétrica que mais investem no setor. Para se construir as instalações hoje pertencentes e em operação pela Copel, seriam necessários investimentos de aproximadamente R\$ 14 bilhões. É bom lembrar ainda que a Copel sempre cumpriu obrigações sociais importantes, que vão desde a tarifa social (que beneficia famílias de baixa renda) até a execução de programas educativos relacionados às questões ambientais, de educação, de saúde e reassentamento dos povos atingidos pelas barragens, entre outros. Se deixar Lerner privatizar, os futuros donos da Copel certamente não terão nenhum interesse em manter esses e outros benefícios sociais.

# Por que Lerner quer vender a Copel?

Antes de vender o Banestado, Jaime Lerner usou o mesmo argumento de FHC para privatizar importantes empresas públicas: arrecadar dinheiro para investimentos sociais. Porém, nenhum investimento social foi feito até agora. Ao contrário, o desemprego e os problemas em setores como habitação, saneamento, saúde e educação aumentaram.

No caso do Banestado, a maior parte do dinheiro arrecadado no leilão serviu para pagar dívidas do Estado com o governo federal. Com a Copel não será diferente. Todo mundo sabe que o governo do Estado atravessa uma situação de decadência financeira, levada ao estágio atual em função da péssima administração nos últimos anos.

Ao tentar conseguir dinheiro a qualquer custo para tapar os buracos de caixa, através da venda de empresas estratégicas para o desenvolvimento estadual, o governo Lerner mostra que está editando no Paraná a perversa política neoliberal implantada em nível nacional por FHC, a mando do FMI.

Se Lerner vender a Copel, como fez com o Banestado e pretende fazer com a Sanepar, o prejuízo será muito grande. No Banestado a consequência mais grave é o grande número de trabalhadores (mais de 3.200 até o momento) que perderam o emprego. No caso da Copel, além de desemprego, a privatização poderá ocasionar também paralisação de investimentos no setor, além de aumento abusivo de tarifas e péssima qualidade nos serviços, com interrupção no fornecimento e apagões frequentes, como se tem registrado em alguns estados que já privatizaram o setor, como São Paulo e Rio de Janeiro.



Pactuingá trabalha para revogar a lei que autoriza a venda da Copel

## Quem votou a favor e contra a venda da Copel

O projeto que autoriza Jaime Lerner a vender a Copel foi votado pela Assembléia Legislativa em dezembro de 1998. Para aprovar a matéria, o governador contou com apoio da maioria dos deputados estaduais. Veja quem votou a favor e quem votou contra a venda da Copel:

### Votaram a Favor

- |                               |                           |
|-------------------------------|---------------------------|
| Amis da Silva (PMDB)          | Reny Borssatto (PFL)      |
| Armas Brandão (PTB)           | Valmor Trentini (PFL)     |
| Luiz Carlos Alborguetti (PFL) | Albanor Gomes (PTB)       |
| Gerardo Cartário (PFL)        | Beto Richa (PTB)          |
| Quilino Genari (PPB)          | Joel Coimbra (PTB)        |
| Basílio Zanusso (PFL)         | Luiz Accorsi (PTB)        |
| Leiton Quielse (PFL)          | Ricardo Chab (PTB)        |
| Arval Amaral (PFL)            | Valdir Rossoni (PTB)      |
| João Guimarães (PFL)          | Augustinho Zuchi (PPB)    |
| Guardo Trevisan (PFL)         | César Seleme (PPB)        |
| Eljo Rusch (PFL)              | Ironi Pugliesi (PPB)      |
| Hidekazu Takayama (PFL)       | Neivo Beraldin (PPB)      |
| Luiz Carlos Martins (PFL)     | Sérgio Spada (PSDB)       |
| Marquinhos Alves (PFL)        | Horácio Rodrigues (PL)    |
| Alton Puppio (PFL)            | Luiz Fritzen              |
| Edson Turek (PFL)             | Expedito Ferreira         |
| Auto Miró (PFL)               | Aníbal Khury (presidente) |

### Votaram Contra

- |                              |
|------------------------------|
| Paulo Gorski (PMDB)          |
| Antonio Annibelli (PMDB)     |
| Caíto Quintana (PMDB)        |
| Luiz Carlos Romanelli (PMDB) |
| Nereu Moura (PMDB)           |
| Orlando Pessuti (PMDB)       |
| Renato Adur (PMDB)           |
| Ângelo Vanhoni (PT)          |
| Florisvaldo Fier (PT)        |
| Irineu Colombo (PT)          |
| Pericles Mello (PT)          |
| Edgar Bueno (PDT)            |
| José Maria Ferreira (PSDB)   |

**AUSENTES:** Nelson Garcia (PFL), Nelson Justus (PTB), Toti Colaço (PMDB), Edson Silva Lino (PPB), João Techy Filho (PPB), Luiz Carlos Zuk (PDT) e Emerson Nerone (PSN).

## Luta em defesa da Copel precisa crescer

Partidos de oposição, sindicatos de trabalhadores, empresários e diversos outros segmentos da sociedade paranaense já se manifestaram contra a venda da Copel, que tem leilão de privatização programado para o segundo semestre deste ano. Mas tudo que se fez ainda não é suficiente.

A mobilização precisa aumentar no sentido de impedir que Jaime Lerner entregue e destrua de vez essa importante empresa paranaense, como fez com o Banestado. O ideal seria que todos manifestassem sua posição contrária ao leilão, através de cartas, e-mails, fax ou telefonando para os deputados estaduais de suas regiões, apelando para que também lutem em favor da Copel. Muitos parlamentares aprovaram o projeto de Lerner propondo a privatização (ver matéria nesta página), mas ainda há tempo de reverter o processo. Mas para isso é preciso que a população demonstre seu descontentamento. Afinal, no ano que vem a maioria desses deputados estarão de volta às suas bases pedindo votos. Impedir que Lerner venda a Copel seria uma boa forma desses deputados mostrarem que estão preocupados em defender os interesses daqueles que o elegeram.

A oposição apresentou projeto na Assembléia Legislativa, que revoga a lei de Lerner que privatiza a Copel. Mas até agora os partidos de oposição não conseguiram apelo suficiente para aprovar a matéria.

## Bancários estão mobilizados

Os sindicatos de bancários do Pactuingá realizam diversas atividades em protesto contra a privatização da Copel. Em Umuarama, por exemplo, o Sindicato dos Bancários faz parte do Fórum de Lutas pela não privatização da Copel e colhe assinaturas no Projeto de Lei de Iniciativa Popular. Esse projeto pede a revogação da lei que autoriza a venda da Copel. Já o sindicato dos Bancários Toledo criou um placar sobre a privatização, que é levado aos pontos de maior movimentação pública, também coletando assinaturas para revogar a lei que permite vender a Copel.

## FHC gasta R\$ 30 milhões para abafar a CPI da Corrupção

Todas as denúncias envolvendo deputados, senadores e até ministros do governo FHC, todos acusados de participação direta em esquemas de desvio de dinheiro público, sonegação e outros crimes, correm um sério risco de serem arquivadas.

Foi em vão todo o esforço dos partidos de oposição pela criação de uma Comissão Parlamentar de Inquérito no Congresso, para investigar todos os crimes e pedir a punição dos envolvidos. Para impedir que a CPI da Corrupção fosse instalada, o presidente FHC montou um balcão de negociações – repetindo a tática que usou em 1998 para aprovar o projeto da reeleição. Segundo o que foi divulgado em alguns órgãos de imprensa, os acertos e composições que ajudaram FHC abafar a CPI custaram aos cofres públicos a cifra de R\$ 30 milhões, torrados em menos de 48 horas, em liberação de verbas orçamentárias para pelo menos 24 parlamentares governistas que pretendiam votar a favor da CPI.

A CPI da Corrupção nasceu da troca de acusações entre os senadores Jader Barbalho (PMDB) e Antônio Carlos Magalhães (PFL), durante processo eleitoral no Senado. Foram tantas as denúncias entre eles, sempre respingando em setores do governo, que a oposição resolveu propor uma ampla CPI, na Câmara e no Senado. A CPI era a única forma de esclarecer denúncias de extrema gravidade.

A proposta coincidiu com a divulgação, pela Polícia Federal, de um esquema que pretendia desviar perto de R\$ 2 bilhões na Sudam – um dos maiores esquemas de corrupção que se tem conhecimento no

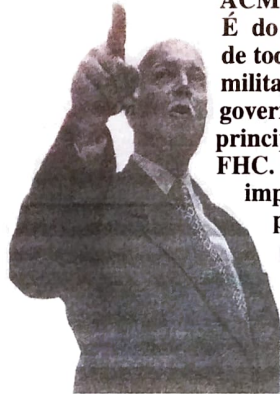
Brasil, no qual o atual presidente do Congresso, Jader Barbalho, figura entre os principais fraudadores. Desde então, várias pessoas foram presas, mas muitos ainda

estão impunes. Jader é um deles. E as denúncias, sempre respingando no governo FHC, não pararam. O último caso foi o do ex-ministro da Integração Nacional, Fernando Bezerra, que deixou o Ministério no início de maio assim que foi descoberto seu envolvimento no desvio de verbas da Sudene para empresa de sua propriedade.

**Se o Brasil tivesse leis mais severas e uma Justiça que funcionasse melhor, iria faltar cadeia pra prender tantos corruptos...**

As maracutias com dinheiro público são tão graves que, além dos partidos de esquerda, outros setores da sociedade também passaram a cobrar a criação da CPI. É o caso da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), que divulgou documento onde pede a cassação dos mandatos de Jader Barbalho e dos senadores José Roberto Arruda e ACM. Esses dois últimos pela violação do painel de votação do Senado.

Diante do mar de denúncias que tem inundado Brasília nos últimos meses, não há como negar: o governo FHC está sujo até o pescoço. Mas sem a CPI da Corrupção, vai ser muito difícil provar até onde vai esse envolvimento. Pior ainda: com o abafamento da CPI, os principais acusados de roubar a população continuarão impunes, livres para praticar novos crimes, e o dinheiro que roubaram não será devolvido.



**ACM É do PFL. Participou de todos os governos militares. Apoiou o governo Collor e foi o principal aliado de FHC. Ajudou a implementar a atual política econômica que tanto criticou ao renunciar o mandato no último dia 30 de maio.**

### Renúncia foi pouco

Os senadores José Roberto Arruda (PSDB-DF), ex-líder de FHC no Senado, e Antônio Carlos Magalhães (PFL-BA), ex-presidente do Senado e uma espécie de primeiro-ministro durante os dois governos de FHC, renunciaram aos seus mandatos. Arruda saiu sem muito alarde. ACM fez duras críticas à situação econômica do Brasil, afirmando que “está um caos”, o que é um contra-senso, pois ele e seu PLF ajudaram o país a ficar assim. Os dois tiveram participação direta na violação do painel de votação do Senado. O fato foi grave. Sabe-se lá que diabos esses dois fariam de posse dos resultados de votações de projetos importantes, num congresso onde o fisiologismo (voto em troca de benefícios) é marca preponderante. Por isso a renúncia saiu barato. A melhor punição seria banir de vez políticos com esse comportamento. O que serviria de exemplo.

## Aliados de Lerner também estão impunes

O Paraná é uma réplica dos escândalos que abalam o país. Apesar de muitos crimes comprovados, praticados por políticos com fortes ligações ao governo Lerner, o Estado segue a tendência nacional e mergulha no lamaçal da impunidade. Veja por exemplo o caso dos Belinati, em Londrina. O ex-prefeito Antônio Belinati, marido da vice-governadora Emília Belinati. Depois de seis dias na cadeia, conseguiu se livrar da prisão, mesmo depois que o Ministério Público provou que ele foi principal articulador do esquema que desviou R\$ 1,7 milhão da prefeitura. Na esfera política, Belinati perdeu o mandato de prefeito ainda em junho do ano passado, mas na área judicial a impunidade permanece. É o que acontece também com os ex-prefeitos de Foz do Iguaçu, Harri Daijó, e de Maringá, Jairo Gianoto, ambos acusados de se apropriarem de verbas públicas. Em Maringá, o rombo deixado na prefeitura ultrapassa os 100 milhões de reais e os principais acusados, além de Gianoto, são também os ex-prefeitos Said Ferreira, Ricardo Barros e em alguns vereadores. A única pessoa presa até o momento é o ex-secretário municipal Luiz Antônio Paulichi que denunciou, inclusive, a participação de Jaime Lerner no esquema de desvio de verbas. Como se vê, os maiores envolvidos continuam impunes.

### CORRUPÇÃO EM CURITIBA

O envolvimento de pessoas do convívio de Jaime Lerner em corrupção não pára aí. No início deste mês, o Ministério Público do Paraná apresentou denúncia contra o prefeito de Curitiba, Cássio Taniguchi (PFL). Taniguchi é um dos principais escudeiros de Lerner. Segundo a denúncia, o prefeito e mais nove componentes de sua equipe estão

envolvidos em esquema que beneficia empresa particular responsável pelo gerenciamento do programa Linhão do Emprego, bancado pelo município. De acordo com o Ministério Público, Taniguchi autorizou prorrogação de contrato com a empresa sem que fosse feita a licitação pública, o que configura favorecimento e crime administrativo.

### PTB pede expulsão da vice-governadora



Nunca o Paraná atravessou uma fase tão decadente como agora, nesses anos de governo Lerner. Se não bastasse a situação financeira do Estado, carente em todas as áreas e endividado, as denúncias de corrupção pipocam por todos os lados envolvendo amigos do governador. Veja por exemplo o caso da vice-governadora Emília Belinati (foto). Pode até ser que ela não tenha participado diretamente do roubo na prefeitura de Londrina, mas com certeza foi uma das principais beneficiárias. E se for verdade que parte do dinheiro roubado foi usado na campanha de Emília, como chegou-se a cogitar, Lerner também se beneficiou.

O que aumenta a suspeita sobre Emília é a decisão já tomada pela bancada federal do PTB, que vem pressionando a vice-governadora a deixar o partido sob pena de ser expulsa. Se o PTB, que dá amplo apoio ao governo Lerner e a FHC e não é nenhuma referência de moralidade pública, não quer Emília nos seus quadros, é porque a vice-governadora tem culpa no cartório. Bom seria que todas as denúncias fossem esclarecidas, os corruptos punidos e o dinheiro roubado devolvido aos cofres públicos.

# Protestos marcaram o Dia do Trabalhador

No Brasil, nos últimos anos não faltaram munição do governo FHC para os trabalhadores protestarem. Neste 1º de maio os principais protestos foram pelo fim da corrupção e contra a privatização da Copel. Em Umuarama a manifestação aconteceu na véspera, com panfletagens, culto religioso e show musical, além da manifestação das lideranças sindicais e comunitária. Em Guarapuava, houve caminha-

da pelo centro da cidade e torneio de futebol suíço entre os bancários. Em Toledo, a direção do Pactuingá intensificou a coleta de assinaturas no Projeto de Lei de Iniciativa Popular, que pede a revogação da lei que autoriza a privatização da Copel.

**Romaria:** a Diocese de Umuarama promoveu a 10ª Romaria do Trabalhador, em Iporã. Participaram 4 mil

pessoas e teve como tema "O trabalhador e a Organização". Religiosos, lideranças comunitárias e sindicais protestaram contra a situação econômica em que se encontra o Brasil. Não se furtaram em esclarecer aosromeiros que a culpa de tal situação é de FHC e daqueles que o apóiam, como Lerner e outros. Apontaram alternativas através da organização dos trabalhadores.

Romaria aponta a organização dos trabalhadores como forma de garantir direitos



## Pactuingá Discute Segurança Bancária



CNB: preocupação com a segurança dos bancários

A CNB promoveu no último dia 27 de maio um seminário sobre segurança bancária. Os participantes trocaram informações sobre os problemas que mais afetam a segurança dos trabalhadores bancários, bem como de cliente e usuários. O Pactuingá esteve presente e constatou que o maior problema de segurança bancária ainda são os assaltos, que diminuíram nos grandes centros e estão aumentando no interior do país. O

Banco mais assaltado é o Bradesco, seguido do Unibanco. Os bancos mais autuados pela Polícia Federal por falhas no plano de segurança são o Banco do Brasil e o HSBC. O estado mais autuado é o de São Paulo. A porta-de-segurança é o dispositivo que mais evita assaltos. A Lei Federal que regulamenta a segurança bancária é fraca, porque exige poucos dispositivos de segurança dos bancos. Neste senti-

do, este seminário compôs um grupo de trabalho que está encaminhando várias medidas. As principais são: mobilização junto ao Congresso Nacional e a clientes e usuários de bancos, para uma reforma na Lei Federal de segurança bancária. A CNB-CUT e seus sindicatos estão elaborando um ante-projeto de lei, a ser encaminhado ao Congresso. Neste mesmo sentido, o tema será melhor melhor discutido nas Conferências da campanha salarial deste ano, com objetivo de assegurar em Acordo Coletivo melhores condições de segurança no trabalho.

Também está sendo elaborada uma Cartilha, orientando (do ponto de vista sindical) como os bancários devem se comportar antes, durante e após o assalto.

## Pactuingá promove cidadania

Com direito a certificado reconhecido pelo MEC, a Regional Noroeste de Formação da CUT, que tem como coordenadores os companheiros Lindomar Aparecido Soares, em Umuarama, e Sônia Yamada Mauro, em Campo Mourão, ambos dirigentes sindicais do Pactuingá, está promovendo um curso de ensino fundamental para pessoas que não concluíram o 1º grau (Ensino Fundamental). Em parceria com o SINE de Umuarama e Campo Mourão, e com recursos do FAT, o curso vai ter carga de 840 horas e serão ministrados conhecimentos das áreas de Matemática, Linguagem, Ciências Sociais, Ciências Naturais, Transformações no Mundo do Trabalho, Planejamento e Gestão, Oficinas Pedagógicas, Projetos de Geração de Trabalho e Renda e Informática. Das 840 horas a serem ministradas, 40 serão para Informática e 80 para Oficinas Pedagógicas e Laboratórios Culturais.

**Público alvo:** homens e mulheres com idade acima de 16 anos, desempregados e ou em via de perder o emprego. É obrigatório saber ler e escrever. O curso é totalmente gratuito, fornece todo material didático, vale transporte a quem mora longe e está desempregado e todos terão direito a lanche.

**Objetivos:** a CUT, através do projeto Recomeçar, planejou este curso com o objetivo de capacitar trabalhadores desempregados, ou em vias de perder o emprego, para o enfrentamento dos desafios do mundo do trabalho. A CUT quer preparar homens e mulheres autônomos e atores do processo de construção do conhecimento, além de contribuir no avanço de projetos de educação de jovens e adultos, elaborados a partir do ponto de vista dos trabalhadores.

# Política de FHC exclui o pequeno produtor

Segundo pesquisa do IBGE, só no Paraná a cada ano cerca de 10 mil pequenas propriedades são "engolidas" pelos grandes latifúndios...



## Indústria e comércio

A situação de milhares de micros e pequenos empresários não é muito diferente daqueles agricultores que perderam suas propriedades. O governo FHC e muitos governos estaduais que seguem a mesma linha neoliberal, como é o caso de Lerner no Paraná, se curvaram aos interesses internacionais, venderam e ainda estão vendendo empresas nacionais e abriram as portas ao mercado externo. Essa abertura indiscriminada às importações não veio acompanhada de uma política de fortalecimento das empresas nacionais, como linhas de créditos com juros baixos para aquisição de tecnologias suficientes, dando condições para que a produção nacional pudesse competir com os produtos estrangeiros. Deu no que deu: quebradeira generalizada de empresas nacionais e desemprego recorde. Um exemplo claro dessa situação ocorre no Paraná. Aqui o governo de Jaime Lerner ofereceu milhões de dólares em incentivos para as montadoras estrangeiras enquanto uma crise generalizada levou à falência um grande número de micros e pequenos empresários. Apesar de todo o dinheiro que receberam, as montadoras têm demitido um grande número de trabalhadores no Estado e Lerner não faz nada para impedir.

**Os financiamentos são raros. E quando tem, o pequeno produtor não tem acesso!**

O Brasil é um dos doze países do mundo com maior índice de concentração de terras. Segundo os números apresentados pelo próprio Ministério da Agricultura, são atualmente 4,5 milhões de propriedades familiares, o que totaliza 24 milhões de pessoas habitando pequenas chácaras e sítios onde a principal atividade são as lavouras de subsistência. O número de pequenos agricultores poderia ser bem maior se o governo honrasse as muitas promessas que faz para o setor. FHC tem anunciado maravilhas para a agricultura, como linhas de crédito que,

teoricamente, são fantásticas. Na prática a situação é caótica. Conforme números do último Censo Rural realizado pelo IBGE, só o estado do Paraná perde todos os anos cerca de dez mil pequenas propriedades rurais, as quais, sem competitividade para atuar num mercado cada vez mais exigente, são incorporadas pelos grandes latifúndios. Um dos principais programas de FHC para o pequeno produtor é o PRONAF. No discurso do governo, o programa é a redenção da pequena propriedade rural. Mas a realidade é outra quando o

agricultor chega ao Banco do Brasil em busca dos recursos. Ou seja, só leva o dinheiro se der garantias de pagamento e muitos, sem opção, penhoram o maquinário, o sítio e até a casa onde moram. Muitas vezes perdem tudo. E tem mais: quando o pequeno produtor consegue o financiamento, pagando juros altos, em muitos casos falta maquinário para preparar o solo, plantar e colher e, nesse caso, é obrigado a contratar serviços de terceiros onerando mais a atividade. No final, quando já colheu a produção, enfrenta o baixo preço do mercado e a concorrência dos

grandes produtores. É difícil enxergar a nova realidade agrícola pregada insistentemente por FHC e o ministro Raul Jungmann. O que se vê, na verdade, é um acelerado processo de marginalização de milhares de pequenos e médios agricultores que, sem ajuda para continuar na atividade, são obrigados a vender o que tem – ou entregar tudo para o banco como pagamento de dívidas – e se mudar para a periferia de centros urbanos. Com isso, engrossam o contingente dos que moram mal, vivem mal e contam com poucas chances de recuperar o que perderam.

## Novo cooperativismo avança no Brasil

As sociedades modernas, desde o princípio dos anos 90, estão enfrentando enormes dificuldades em ampliar oportunidades de emprego e renda. No Brasil, a crise do emprego ganha em complexidade devido ao rápido processo de reestruturação e abertura econômica, que resulta de uma perversa política neoliberal e que provoca acentuada transformação no mercado de trabalho. A política entreguista de FHC, que abandona a agricultura, acelera o desemprego no campo e nas cidades, privatiza empresas nacionais e aumenta o volume

de falências de pequenas e médias empresas, têm obrigado vários grupos de trabalhadores a se organizarem para assumir o controle da produção do seu trabalho e de processos produtivos, seja na economia informal ou através de cooperativas de diferentes tipos. É nesse cenário que está surgindo uma nova modalidade de cooperativismo no Brasil: a cooperativa solidária. É uma forma de economia solidária que, enquanto realidade concreta e alternativa ao capitalismo, está sendo construída no Brasil apesar de todas as dificuldades. Trata-se

de um modelo de organização de trabalhadores que toma diferentes formas e com resultados extremamente significantes. Há atualmente um grande número de experiências coletivas de trabalho e produção, na forma de cooperativismo solidário, se disseminando em todo o país. São diversas formas de cooperativas de produção, de serviços, de crédito e de consumo, associações de produtores, empresas em regime de autogestão, bancos comunitários e diversas organizações populares, no campo e na cidade, que conformam em seu conjunto a economia solidária.

## AVANÇOS...

Há algum tempo a CUT vem promovendo debates sobre formulação de uma política sindical capaz de desencadear uma ação estratégica no campo da economia solidária. E as bases para uma política nacional de cooperativismo solidário já estão construídas. Nas áreas rurais de todos os estados, milhares de pequenas associações, cooperativas e condomínios já estão sendo formadas, como alternativa às grandes cooperativas agropecuárias, economicamente mais viáveis, mais democráticas e mais adequadas às condições da agricultura familiar. Para a CUT, hoje pode-se distinguir entre o cooperativismo tradicional e o novo cooperativismo, que traz as marcas da crise ideológica de partidos da esquerda, sindicatos e outros segmentos contrários a política neoliberal que se instalou no país, principalmente a partir do governo FHC. Esse novo cooperativismo constitui a reafirmação da crença nos valores centrais do movimento operário socialista: democracia na produção e na distribuição, desalienação do trabalhador, luta direta dos movimentos sociais pela geração de trabalho e renda, contra a pobreza e a exclusão social.